



AS “COMEMORAÇÕES CÍVICAS” DO 1º DE MAIO NOS CINEJORNALS DA AGÊNCIA NACIONAL NA DITADURA MILITAR (1964-1979)

Tatyana de Amaral Maia

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

tatyana.maia@puers.br

Resumo:

O artigo é dedicado às “comemorações cívicas do 1º de maio” realizadas pela ditadura militar e registradas nos cinejornais da Agência Nacional. Busca-se compreender como a ditadura utilizou as comemorações oficiais do 1º maio para requalificar as relações entre trabalhadores e patrões, propondo uma interação colaborativa entre esses dois atores sociais. O modelo de modernização-conservadora empreendido pelos governos militares previa um papel colaborativo do operário, considerando-o participante do projeto desenvolvimentista em curso, a partir da associação entre capital e trabalho. A imagem pública do trabalhador será fortemente atrelada ao ideário nacionalista, atendendo aos anseios dos setores produtivos e dos grupos conservadores de apaziguamento das relações entre patrões e empregados no mundo do trabalho, numa tentativa de esvaziamento do papel ativo dos trabalhadores na luta pelos seus direitos.

Palavras-chave: cine-jornais; trabalhadores, propaganda política.

Abstract:

The article is dedicated to the "May 1 civic commemorations" carried out by the military dictatorship and registered in the National Agency's film festivals. It seeks to understand how the dictatorship used the official commemorations of May 1 to requalify the relations between workers and employers, proposing a collaborative interaction between these two social actors. The modernization-conservative model undertaken by the military governments provided a collaborative role for the worker, considering him a participant in the ongoing development project based on the association between capital and labor. The public image of the worker will be strongly linked to the nationalist ideology, meeting the aspirations of the productive sectors and conservative groups to appease the relations between bosses and employees, in an attempt to empty the active role of workers in the struggle for their rights.

Keywords: cinema-newspapers; Workers, political propaganda.

Introdução

Trinta dias após o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), o regime militar recém-instalado promoveria as festividades do Dia do Trabalho. Pelas lentes do cinejornal “Informativo”, da Agência Nacional, eram transmitidas as imagens e narrativas que traduziriam o significado do trabalhador dentro do modelo de modernização conservadora proposto pelo regime militar. As imagens deste 01 de maio de 1964 em nada lembravam a movimentação de trabalhadores urbanos e rurais nos meses anteriores. As imagens consagradas pela imprensa durante o governo Goulart (1961-1964) de trabalhadores urbanos e rurais empunhando suas bandeiras de luta, exigindo reformas de base, erguendo foices e enxadas em nome da reforma agrária, também corriqueiras nos cinejornais oficiais foram substituídas por novas representações visuais, indicando, desde o princípio, a guinada autoritária do novo regime: promover a modernização-conservadora do país a partir do binômio “segurança e desenvolvimento”, o que incluía uma participação passiva dos trabalhadores no mundo do trabalho. Na prática, isso significou, por um lado, a repressão aos movimentos sociais e a negação da oposição e do dissenso como elementos integrantes do cenário político nacional; por outro, a tentativa de redefinição da relação dos trabalhadores com o patronato e o Estado, incluindo o esvaziamento da política trabalhista. O processo de modernização conservadora também passava pela requalificação das representações sobre o papel dos trabalhadores no desenvolvimento nacional.

O objetivo deste artigo é analisar as comemorações oficiais do 1º de maio pela ditadura militar, a partir da análise dos cinejornais da Agência Nacional, entre 1964 e 1979, compreendendo as representações visuais construídas pela ditadura militar. Através das imagens e narrativas produzidas por esses cinejornais busca-se identificar qual seria o papel dos trabalhadores na vida nacional e o esforço de enquadramento dos operários como colaboradores passivos no projeto modernizador em curso. Dessa forma, ao lado da forte repressão que se abateu sobre o movimento operário, o regime buscou requalificar as relações com os trabalhadores, insistindo na veiculação de uma imagem do trabalhador como parte da engrenagem do desenvolvimento nacional proposto. Para os militares no poder, o governo Goulart havia promovido um desvio na relação com os trabalhadores, contaminando-os com

“ideologias alienígenas” e fazendo aflorar “líderes demagogos” na política nacional. No entanto, tal desvio estava sendo corrigido pela, por eles chamada, “Revolução de 1964”¹.

É preciso esclarecer que este artigo tem objetivos e limites bem definidos. Aqui não iremos explorar as complexas relações do mundo do trabalho durante a ditadura militar. O que se pretende é analisar as representações construídas pelo regime sobre o mundo do trabalho e os trabalhadores urbanos, a partir das comemorações oficiais do 1º de maio. O projeto de modernização-conservadora empreendido pelos militares previa uma função social para os trabalhadores, qual seja: a sua colaboração passiva e a crença numa possível associação com a classe patronal. Dessa forma, esperavam que aquelas imagens veiculadas no período de Goulart de participação ativa dos trabalhadores pela ampliação dos direitos trabalhistas e sua mobilização a favor de melhores condições de trabalho e renda fossem superadas.

Ainda são poucas as pesquisas dedicadas à construção de imagens públicas durante a ditadura militar e raras aquelas que se debruçaram sobre a Agência Nacional. As representações elaboradas sobre o regime e o país, com ênfase no processo de modernização conservadora² em curso, receberam atenção constante do Estado através das suas agências oficiais de comunicação e propaganda (PATTO, 2014: 25). Construíram-se imagens do país, do regime e da sociedade com destaque para os elementos conciliatórios, ordeiros e pacíficos do caráter nacional; a grandiosidade e exuberância do país continental; a importância da intervenção estatal na condução dos destinos nacionais; o caráter revolucionário de 1964 frente à desordem e à ameaça comunista; a proximidade do regime com o empresariado

¹ Durante toda a ditadura militar, a cúpula do executivo e as Forças Armadas insistiram em nomear o golpe de Revolução, atentando para o seu suposto caráter democrático. Assim, é comum encontrarmos nas narrativas dos cinejornais as palavras “revolução”, “democracia”, “ordem”, “desenvolvimento”, “segurança nacional”. O uso recorrente desse léxico foi fundamental na tentativa de legitimar o regime.

² O conceito de modernização conservadora, inicialmente desenvolvido por Barrington Moore Júnior, foi incorporado por cientistas sociais e economistas brasileiros para explicar o processo de modernização empreendido pelo Estado durante o período da ditadura. O conceito pressupõe a existência de um pacto político entre as facções das elites dominantes na orientação das transformações capitalistas em curso. Neste pacto, é fundamental o papel do Estado na condução dessas reformas e na contenção dos movimentos sociais reivindicatórios nascentes, limitando a expansão da cidadania e a justiça social. Mais recentemente, Rodrigo Patto Sá Motta, em pesquisa sobre a política universitária promovida pelo regime, propõe uma revisão do conceito, incorporando no debate o aspecto autoritário do Estado na ditadura. Para Motta, em vários momentos o processo de modernização entrou em choque com o conservadorismo, prevalecendo as teses modernizadoras sobre os anseios conservadores, enquanto o autoritarismo foi a tônica de todo o regime. Aliás, conforme propõe o historiador, o regime foi uma experiência de modernização conservadora e autoritária.

nacional e os estratos médios da população; a adoção de políticas sociais com manutenção da ordem; as vantagens de uma cidadania restrita e controlada pelo Estado. Tais imagens não eram simples manipulações ideológicas; ao contrário, incorporavam diferentes tradições político-ideológicas circulantes entre os grupos que apoiaram o golpe. Assim, ao lado do uso sistemático da violência para silenciar forçadamente os opositores e coibir qualquer dissenso, o regime investiu na construção de uma cultura visual que representasse supostos interesses superiores da nação, estes últimos vinculados à modernização, à ordem e à defesa da cultura nacional.

A recente historiografia empenhada na análise da ditadura militar tem ultrapassado as simples dicotomias (repressão/resistência, apoio/oposição, Estado/sociedade) e investido na compreensão das “zonas cinzentas”, das “ambivalências”, dos “consentimentos”, buscando complexificar as relações entre o regime e a sociedade (ROLLEMBERG e QUADRAT, 2010: p.15). Afinada com esta historiografia, proponho que a ditadura militar terá nos cinejornais um veículo de informação oficial orientado para a construção do consenso e da legitimação do projeto de modernização-conservadora em curso, requalificando as representações visuais acerca da função social dos trabalhadores nesse projeto. Os cinejornais “Informativo” e “Brasil Hoje” ressaltavam o apoio e a participação dos diferentes segmentos da sociedade no projeto de nação empreendido pelo regime e o papel central do Estado na condução dos destinos nacionais. A cultura política republicana, a partir dos anos de 1930, fundamentou-se na definição do Estado como agente motor do desenvolvimento nacional e interlocutor privilegiado das relações sociais, em especial daquelas que envolviam o mundo do trabalho (REIS, 2014: p.25). Não à toa, e de forma surpreendente, em algumas das comemorações filmadas, os cinejornais farão referência ao legado de Getúlio Vargas, enfatizando à sua política de apaziguamento das relações entre patrões e empregados.

Assim, a despeito do sistemático uso da violência contra os setores sociais há muito organizados, incluindo, o movimento sindical, os governos militares também investiram na produção de propaganda política na tentativa de manutenção e ampliação do apoio ao regime. Por um lado, esse investimento é um forte indicador da importância dada pelos militares à legitimação do projeto político em curso junto

à sociedade; e por outro, da construção de um projeto de sociedade que desmobilizasse política as classes trabalhadoras.

Aliás, a propaganda adquiriu uma função estratégica no mundo político contemporâneo (CAPELATO, 1998:47). No Brasil, desde o início do período republicano, as lideranças políticas já demonstravam interesse no uso da informação como propaganda. Ainda no primeiro governo Vargas (1930-1945), o decreto lei n. 21.240, de 04 de abril de 1932, tornou obrigatória a apresentação de curtas-metragens nos cinemas, antes da projeção dos filmes em cartaz. O artigo 15, parágrafo 1º, do referido decreto previa “a instituição permanente de um cinejornal, com versões tanto sonoras como silenciosas, filmado em todo o Brasil e com motivos brasileiros, e de reportagens em número suficiente, para inclusão quinzenal, de cada número, na programação dos exibidores” (BRASIL, 1932. Apud, SANTOS, 2014: p. 31). Contudo, é a partir do Estado Novo (1937-1945), com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP³, que a propaganda se tornou um instrumento sistemático de difusão de imagens e narrativas que destacavam as ações de Getúlio Vargas e de seu projeto de nação (BERNARDET, 1996: p. 27; MAIA, 2009: p.2). O Estado Novo mobilizou dezenas de intelectuais, artistas e cineastas com o intuito de legitimar o regime e modernizar a nação. Como demonstra Bernardet, no caso do cinema, os cineastas no Brasil sempre dependeram da sistemática da ação do Estado no setor para garantir a manutenção da produção cinematográfica nacional. A aproximação entre o Estado e os produtores e cineastas ultrapassou a adoção de medidas de proteção ao cinema nacional e foram muitos os usos políticos do cinema nos governos republicanos (BERNARDET, 1996: p.35). Este é o caso dos cinejornais, um noticiário de atualidades, que foi amplamente utilizado na produção e difusão da informação oficial entre as décadas de 1930 e 1980.

O cinejornal foi um importante veículo de produção de uma imagem pública oficial ao lado das fotografias, notícias de jornais, documentários e filmes publicitários. Trata-se de um noticiário de curta duração composto por imagens em movimento, em geral, destinados à apresentação de um conjunto de reportagens

³ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 1939 e centralizou as ações de propaganda e censura do Estado Novo (1937-1945). Ao longo de sua existência, foi o órgão responsável pela construção da imagem pública de Getúlio Vargas, tornando-se o principal porta-voz do regime. GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 125

sobre os mais variados temas da atualidade (RAMOS, 2008:57). Assim, seus produtores esperam que esse noticiário cinematográfico seja considerado pelo espectador como uma produção jornalística dedicada à difusão da informação sem negar sua perspectiva oficial. Essa especificidade frente a outras produções fílmicas os qualificam como uma fonte singular para a compreensão do papel da comunicação oficial na mediação das relações entre o Estado e a sociedade civil. Até o final dos 1970, esses jornais cinematográficos tiveram um papel significativo no campo do audiovisual brasileiro, desenvolvendo uma estética própria marcada por uma narração eloquente, a voz *over*, com sobreposição da narrativa à imagem (RAMOS, 2008: p.23). É o narrador quem dá sentido ao acontecimento capturado pela câmera através de enunciados que ordenam as imagens apresentadas. Esse tipo de noticiário buscou captar através da câmera fragmentos do vivido, ainda que carregadas pelos interesses e subjetividades dos agentes de sua produção. Para Renata Gomes,

O cinejornal pode ser entendido como filme jornalístico de curtíssima duração veiculado nas sessões de cinema, antes dos filmes de longa-metragem, composto por pelo menos quatro pequenas reportagens, totalizando em geral de seis a oito minutos de exibição. O resultado é o registro fílmico das notícias mais importantes de uma semana. A quantidade de assuntos nesses documentos visuais varia de acordo com quem o produz (...). (GOMES, 2007:41)

Os cinejornais utilizados neste artigo foram produzidos pela Agência Nacional de 1964 até 1979. Assim, o corpo documental deste artigo é composto por seis cinejornais dedicados às festividades do 1º de maio. É importante observar que os cinejornais disponíveis sobre as comemorações do Dia do Trabalho durante a ditadura militar no acervo da Agência Nacional, atualmente sob guarda do Arquivo Nacional, foram produzidos por dois governos militares: Castelo Branco (1964-1967) e Ernesto Geisel (1974-1979). Ambos são marcados por instabilidades políticas e econômicas, gerando inúmeros questionamentos acerca da legitimidade do regime. No governo Castelo Branco, os cinejornais são referentes às comemorações dos anos de 1964 e 1966; no governo Geisel, os cinejornais registraram as comemorações oficiais dos anos de 1975, 1976, 1977 e 1978.⁴

⁴ Não é possível afirmar nos limites dessa pesquisa que nos demais governos militares não houve comemorações oficiais referentes ao 1º de maio, ou ainda, que não foram registradas pelas lentes dos cinejornais. Atualmente, no acervo de cinejornais disponibilizado pelo Arquivo Nacional constam esses seis anos de registro das comemorações oficiais do Dia do Trabalho.

Ao longo da ditadura militar, a Agência passou por várias reformulações, aumentando consideravelmente sua produção audiovisual. O executivo não descuidou da AN. Ao contrário, foram promulgados vários decretos que alteravam sua estrutura administrativa e ampliavam suas atribuições e presença nos estados brasileiros, o que demonstra certa importância da Agência para o regime. Em 1979, a Agência Nacional seria substituída pela Empresa Brasileira de Notícias.⁵

A ditadura militar evitou o uso ostensivo da propaganda política, esquivando-se da comparação com outros regimes autoritários. No entanto, em 1967, no final do governo Castelo Branco, diante do crescimento da impopularidade do regime e da rejeição da população ao nome do seu sucessor Costa e Silva, os grupos defensores da propaganda política insistiram na importância de construir uma imagem positiva sobre o regime e o futuro do país. A necessidade de manutenção e, quiçá, ampliação do apoio social ao regime favoreceu o investimento na elaboração de imagens públicas que valorizassem o processo de modernização em curso, capitaneando as ideias-forças que circulavam no cenário nacional desde antes do golpe e mobilizavam setores expressivos da opinião pública, como modernização, nacionalismo, integração nacional e desenvolvimento.

Os cinejornais em preto-e-branco apresentavam uma imagem de baixa qualidade, dificultando a identificação clara das personagens registradas; por outro lado, a narrativa em voz *over* era de boa qualidade, sendo de fácil compreensão. As reportagens eram narradas sempre pelo mesmo locutor, sem alteração no tom da voz, adotando-se um padrão único no tratamento de todas as notícias.

Da luta à festa: o papel do 1º de maio na ditadura militar

A importância do 1º de maio como festa cívica foi habilmente construída por Getúlio Vargas ainda durante o Estado Novo (1937-1945). Como afirma Angela de Castro Gomes, o Estado Novo redimensionou o 1º de maio, incorporando-o ao conjunto de comemorações cívicas. A partir de 1939, Vargas utilizaria a data como

⁵Ao longo dos anos de 1967, 1968, 1969, 1971, 1973, 1974 e 1979, a Agência Nacional sofreu alterações através de decretos-lei e portarias. Tais documentos alteravam o estatuto da agência ou sua condição na administração pública federal. Em 23 de maio de 1979, a lei n. 6.650, que criou a Secretaria de Comunicação Social, transformou a Agência Nacional em empresa pública, surgindo, pelo decreto complementar n. 83.993, de 19 de setembro de 1979, a Empresa Brasileira de Notícias. fonte: SIAN/Arquivo Nacional.

momento singular nas relações entre Estado e os trabalhadores, anunciando algum novo benefício à classe trabalhadora.⁶ Na ditadura militar, como veremos, as comemorações oficiais do Dia do Trabalho enfatizavam a importância do trabalhador no desenvolvimento do país e apresentavam os comportamentos coletivos esperados para os trabalhadores, mantendo o espírito de comemoração cívica adotado pelo Estado Novo. Porém, ao contrário de Vargas, os presidentes militares não anunciavam qualquer benefício concreto para os trabalhadores. Prevalencia o tom retórico dos discursos, sem a promoção de medidas efetivas. Também elaboravam uma imagem pública sobre o regime e sua importância na condução do bem-estar nacional, silenciando as medidas repressivas largamente adotadas desde as primeiras horas após o golpe contra os trabalhadores.

A partir do governo Castelo Branco, os cinejornais apresentaram drásticas mudanças em relação aqueles do governo de João Goulart. Logo na abertura substituía-se a tradicional imagem da multiplicação de câmeras registrando a notícia, numa clara alusão à modernidade da comunicação produzida pela imagem em movimento, pelo mapa em relevo do Brasil, prenúncio do tom nacionalista da produção. Uma banda marcial tocava a marcha introdutória ao noticiário.

A primeira comemoração do Dia do Trabalho ocorreu logo após o golpe e foi registrada pelas lentes do cinejornal “Informativo” ainda naquele triste ano de 1964. O cinejornal apresentava a importância do que nomeavam “Revolução de 1964” na vida dos cidadãos brasileiros, em especial, dos trabalhadores. Com duração de sete minutos e nove segundos, o cinejornal trazia quatro reportagens, sendo três delas dedicadas às festividades cívicas do 1º de maio realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo (cinejornal Informativo, 1964: n.VI).

A primeira reportagem sobre aquele 1º de maio de 1964 iniciava com o título “Libertação do Trabalhador”, num claro diálogo com a situação dos trabalhadores no período anterior. Afinal, se houve uma “libertação” era porque os trabalhadores para o regime militar eram, até aquele momento, “prisoneiros”. O título da reportagem aparece fixo na imagem de abertura da notícia por alguns segundos, em destaque sobre um fundo preto. Ouve-se novamente o som da banda marcial. Logo surgem as primeiras imagens de trabalhadores no ato comemorativo. Esta reportagem é

⁶ GOMES, Angela de Castro. *Primeiro de Maio*. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PrimeiroMaio> acesso em: 01/02/2017.

dedicada a um passeio nos navios da marinha pela Baía de Guanabara que atraiu dezenas de famílias. As narrativas e imagens registravam o espírito de confraternização e lazer daquele Dia do Trabalho, silenciando qualquer registro de mobilização política ou ainda negligenciando as primeiras medidas repressivas adotada contra os trabalhadores. Como informa o cinejornal:

O dia do trabalho é celebrado em todo o país com festividades cívicas e recreativas que assinalam a libertação do trabalhador brasileiro do regime de demagogia e mistificação a que estava submetido. Estas cenas nos mostram operários e suas famílias embarcando em navios da marinha para um passeio pelas águas da Guanabara, a alegria das crianças e o contentamento de seus pais traduz em uma nova era da democracia brasileira, autêntica e livre, renascida com a revolução de abril. Foi um primeiro de maio de significação diferente que ascendeu novas esperanças no espírito e na vocação para o progresso do povo brasileiro. (cinejornal Informativo, 1964: n.VI)

É preciso compreender a importância do passeio dos trabalhadores como um ato comemorativo do Dia do Trabalho. Os trabalhadores, identificados como operários, com suas mulheres e filhos embarcavam perfilados e sorridentes em navios da marinha. Nas imagens, as Forças Armadas apareciam como parceira dos operários ao organizarem o passeio e disponibilizarem os navios da marinha para garantir um dia de lazer aos trabalhadores. A imagem e a narrativa sobre o passeio pela Baía de Guanabara demonstravam a retomada do comportamento pacífico e ordeiro dos trabalhadores, afastando-os do que os militares no poder consideravam uma ameaça ao bem-estar coletivo. Afinal, como afirma a narrativa, era o fim da “(...) demagogia e mistificação a que estavam submetidos”. As palavras “alegria”, “família”, “libertação”, “democracia”, “progresso”, “esperança” e “vocação” integram um discurso que desde o início do regime foi elaborado para a construção do apoio e do consenso. O historiador Carlos Fico buscou compreender como a propaganda na ditadura incorporou algumas características daquela realizada no Estado Novo e no período democrático (1946-1964), em especial, através do reforço do nacionalismo e do otimismo, ao mesmo tempo em que se afastava das práticas de personificação do poder do período anterior, evitando comparações com as lideranças civis ditas “populistas” (FICO, 1996: p. 89). Para a ditadura militar, expurgado do poder aqueles que ludibriavam os trabalhadores e instabilidade traziam à República, abria-se espaço à nossa “vocação para o progresso”.

A segunda reportagem versava sobre as comemorações do 1º de maio em São Paulo, contando com a presença do presidente Castelo Branco (1964-1967) e do governo de São Paulo Ademar de Barros. As comemorações oficiais ocorrem na Praça da Sé, centro da cidade de São Paulo, com a participação de centenas de homens, mulheres e crianças, identificados pela reportagem como trabalhadores e suas famílias. Castelo Branco surge no meio da multidão, protegido pelos soldados da Polícia do Exército que fazem sua segurança. O uniforme militar havia sido substituído por um terno preto, mantendo o protocolo da Presidência da República. Um palanque o separava da multidão. Ao seu lado, as autoridades políticas civis aparecem aplaudindo o seu discurso. No meio da multidão é possível identificar faixas de apoio ao governo de Castelo Branco. Algumas mulheres com vestidos alinhados e sóbrios, cabelos bem penteados, provavelmente de classe média, são filmadas e destacadas da multidão. Recebem atenção os trabalhadores formalmente vestidos, com seus ternos pretos, acompanhando a solenidade. Algumas imagens de crianças empunhando a bandeira nacional, ainda que timidamente, também são retratadas pelas câmeras. No geral, prevalece a imagem de uma multidão anônima, atenta ao discurso de Castelo Branco. Após seu pronunciamento, uma banda marcial militar desfila para o público que pacificamente vai deixando a Praça da Sé. O locutor, novamente, narra o evento, construindo-lhe um sentido:

No maior centro industrial da América Latina o Dia do Trabalho é comemorado com brilho excepcional. O ponto alto das festividades é a concentração popular na Praça da Sé, a que está presente o chefe de estado marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Milhares de pessoas saíram às ruas não apenas para celebrar o dia do operariado nacional, mas principalmente para se regozijar diante das novas perspectivas abertas ao desenvolvimento e a emancipação definitiva das massas obreiras do Brasil. São Paulo é uma forma de criação continua no terreno da cultura, da técnica, do trabalho, enfim, um dos alicerces do grande edifício da civilização brasileira; foi em São Paulo que o presidente Castelo Branco reafirmou os mais altos propósitos de seu governo visando o progresso, a riqueza do país e a dignidade do trabalhador brasileiro. (cinejornal Informativo, 1964: n.VI)

Após o encontro com os trabalhadores, o cinejornal se dedica ao encontro de Castelo Branco com as “classes produtoras”. O evento foi organizado pelo governador Ademar de Barros. No encontro, como afirma o locutor, Castelo Branco reafirmava o seu compromisso com o desenvolvimento do país e a relação de parceria que pretendia ter com o empresariado. Assim, a agenda oficial da Presidência da

República para o Dia do Trabalho não deixava dúvidas: a ditadura militar pretendia funcionar como mediador privilegiado entre patrões e operários, buscando apoio dos diferentes segmentos da sociedade. A ditadura militar, apesar de seus dispositivos discricionários e da repressão sistemática, buscou manter e ampliar esse apoio com os diferentes segmentos sociais, fortalecendo o processo de institucionalização do novo regime. Além disso, não se apresentava como um momento de hiato na política nacional, reforçando constantemente a perspectiva de retomada de “sua destinação histórica de progresso, riqueza e liberdade”. Qual seria o momento de hiato? O hiato, então, seria o período anterior, onde as movimentações de diversos segmentos sociais exigindo a ampliação dos direitos civis e sociais eram identificadas como uma ameaça ao nosso destino histórico de progresso dentro da ordem edificada. Castelo Branco, assim como veremos com Geisel, não apresentou nenhum ganho efetivo para o trabalhador naquele 1º de maio. As comemorações oficiais do 1º de maio restringiam-se a demonstrações públicas da felicidade do trabalhador brasileiro e de suas famílias e a realização de discursos oficiais desprovidos de qualquer ação efetiva em prol dos trabalhadores.

A terceira e última reportagem encerrava com entusiasmo as comemorações oficiais do Dia do Trabalho. Sob o título: “Apoiose do Trabalhador”, o noticiário apresentava o estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, superlotado para o jogo de futebol amistoso entre Flamengo, clube carioca, e o Santos, clube paulista:

As comemorações do dia do trabalho na Guanabara tiveram seu ponto alto o grandioso espetáculo cívico e esportivo realizado no maior estádio do mundo. Mais de 130 mil pessoas afluem ao Maracanã e em homenagem ao trabalhador tem os seus portões abertos ao público nesta tarde festiva abrilhantada pelas demonstrações da banda marcial dos fuzileiros navais, depois das cerimônias cívicas concernentes a data e o jogo preliminar, o público espera ansioso pelo grande encontro do torneio Rio-São Paulo entre as equipes do Flamengo e Santos. (cinejornal Informativo, 1964: n.VI)

É importante observarmos o jogo discursivo do cinejornal. Se o noticiário iniciava a transmissão das comemorações oficiais com a chamada “Libertação do Trabalhador”, encerrava com a “Apoiose do Trabalhador”. Sim, após sua libertação das influências políticas consideradas nocivas ao trabalhador, vinha sua apoiose: divertir-se apreciando uma partida de futebol, lazer identificado como preferido das camadas populares, em especial, dos homens. O Dia do Trabalho seria um dia de

lazer, desconectado da sua tradição política de lutas e conquistas de direitos. Essa requalificação do Dia do Trabalho permaneceu ao longo das demais comemorações oficiais do 1º de maio. Era um dia de festa para aqueles trabalhadores empenhados na realização de suas tarefas e colaborativos com o modelo de desenvolvimento nacional proposto.

Neste 1º de maio pós-golpe, observa-se o predomínio de uma narrativa empenhada em legitimar o regime de exceção recém-implantado no país, estabelecendo uma comparação silenciosa com período anterior, mas perceptível para aqueles que viveram os turbulentos meses do governo João Goulart e presenciaram o golpe. O cinejornal “Informativo” através de suas lentes registrava aquele dia de encontro patriótico, familiar, festivo, reforçando a importância do trabalhador como agente colaborativo no projeto de modernização conservadora empreendido pela ditadura militar. A presença de trabalhadores nas ruas e nos espaços públicos de lazer durante as comemorações do 1º de maio seria apresentada pelos cinejornais como um momento de confraternização entre os trabalhadores, afastando-os de qualquer associação com a luta por direitos ou equidade social.

Em 1966, o 1º de maio não teve o mesmo espaço no cinejornal Informativo. Das oito notícias sobre a presença de Castelo Branco em cerimônias públicas ou visitas, apenas uma foi dedicada ao 1º de maio. Assim, o espaço dedicado ao 1º de maio de 1966 no cinejornal foi diminuto. Castelo Branco estava em visita ao estado da Paraíba no Dia do Trabalho. Em Campina Grande, o presidente discursa na cerimônia cívica do Dia do Trabalho organizada no Clube dos Trabalhadores da cidade. O discurso de Castelo Branco apenas assinala com a intenção do governo em promover investimentos que favoreçam a aquisição da casa própria, para os trabalhadores da cidade, e na reforma agrária, para os trabalhadores do campo. Além de Castelo Branco, o cinejornal registra que o governador do estado, João Agripino, e o presidente do Clube, como representante dos trabalhadores também promovem discursos. Diferente do que ocorreu em 1964, quando as comemorações do 1º de maio, incluíam a presença do presidente em São Paulo e de comemorações oficiais no Rio de Janeiro, em 1966, o Dia do Trabalho não foi alvo das lentes dos cinejornais. A presença de Castelo Branco na Paraíba, no Dia do Trabalho, distante do eixo Rio-São Paulo, estes dois estados de inegável importância política e econômica, é um indicativo de uma mudança na construção da imagem pública do regime e sua relação

com os diferentes segmentos da sociedade. O fechamento paulatino do regime, neste momento, parecia minimizar a importância da legitimidade política das ações promovidas pela ditadura.

Ao contrário do 1º de maio de 1964, em 1966, com o regime já fortemente institucionalizado, a construção de sua auto-imagem ocorreria sob outras bases. Nos primeiros meses após o golpe, ainda era evidente a necessidade de legitimar o golpe, ancorada nos apelos anticomunistas dos golpistas que circulavam em diferentes meios de comunicação. As Forças Armadas insistiam na importância do golpe como instrumento restaurador da nossa vocação democrática. Dois anos depois, tínhamos outro cenário. Em 1966, o Ato Institucional n.1 e o Ato Institucional n.2 já haviam sido promulgados, alterando radicalmente a face da política brasileira. Os expurgos e cassações políticas, os Atos Institucionais n.1 e n.2 possibilitavam que a imagem pública do regime não dependesse das bases discursivas que antecederam o golpe. A partir de então, propomos que a ditadura militar investiu fortemente em uma imagem pública vinculada à centralidade do Estado autoritário na condução do desenvolvimento nacional, esperando a colaboração passiva dos trabalhadores. Este será o caso das comemorações oficiais do Dia do Trabalho no governo Geisel (1974-1979).

Com exceção do primeiro ano de governo (1974), o cinejornal “Brasil Hoje” registrou todas as demais comemorações oficiais do Dia do Trabalho realizadas durante a presidência de Geisel. Diferente do cinejornal “Informativo”, a imagem de abertura do “Brasil Hoje” era composta por um fundo amarelo com bandeiras verdes que se alternavam. Substituíam-se a música de abertura, inicialmente tocada por uma banda marcial, por outra mais suave e menos militarizada.

Em 1975, Geisel estava em Joinville, Santa Catarina, numa visita à Fundação Tupy para inauguração de uma nova unidade da fábrica dedicada ao setor automobilístico. Em 1976, o presidente esteve na Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Em 1977, a comemoração oficial foi realizada inicialmente em praça pública, em Belo Horizonte, e em seguida, no estádio Minas Gerais. E, em 1978, no seu último 1º de maio como chefe de Estado, Geisel esteve em Porto Alegre, no estádio Beira-Rio, em Esteio e em São Paulo. Em todas as tomadas, a câmera buscou capturar imagens que revelassem um elevado número de trabalhadores presentes e a participação de diversas autoridades públicas, ainda que

em alguns casos, como no estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, no ano de 1978, com capacidade de 100 mil pessoas, a presença de 10 mil trabalhadores, significava uma participação popular aquém das possibilidades do espaço reservado. Por outro lado, a presença de 10 mil trabalhadores, quando a ditadura militar estava em franca crise de legitimidade revela a permanência da capacidade política do regime de arregimentar público. O cine-jornal de 1978 ainda traria notícias das comemorações realizadas na cidade de Esteio, no RS, e na cidade São Paulo.

É possível perceber um padrão nas cinco comemorações oficiais realizadas da gestão de Geisel, o que indica a existência de um protocolo previamente organizado, compondo um cenário cuidadosamente elaborado. Além de Geisel, outras autoridades também discursaram, incluindo sempre um representante dos trabalhadores. Nenhum dos discursos está audível nos cinejornais. As comemorações, anunciadas como festas cívicas, eram momentos de diálogo público tanto com os trabalhadores quanto com classe patronal; afinal, desde 1964, as narrativas desses cinejornais articulavam os dois protagonistas do mundo do trabalho, considerando-os como estratos sociais complementares na promoção do desenvolvimento nacional. Essa construção de uma imagem pública que associa trabalhador, ordem e desenvolvimento nacional irá aparecer em todas as comemorações do governo Geisel:

Em 1975:

Em Joinville, SC, o presidente Ernesto Geisel participa das comemorações oficiais do 1º de maio, na fundição Tupy. Falando na cerimônia o industrial (...) Schmidt, presidente da empresa. O chefe do governo inaugura, a seguir, a nova unidade de fundição de blocos e cabeçotes para motores diesel, que vai atender a demanda nacional destes produtos. Usam da palavra o líder sindical Pedro Natalin, o governador Antônio Carlos Konder Reis e o ministro do trabalho Arnaldo Prieto. O presidente Geisel saúda os 10 mil operários presentes afirmando que, embora trabalhando em setores diferentes, todos nós somos trabalhadores.

Em 1976:

Dirigentes, mestres e operários de Volta Redonda estão orgulhosos de sua obra. (...) O presidente Ernesto Geisel, no Dia do Trabalho, lembra em Volta Redonda que ali ainda ressoa os apelos do presidente Vargas aos trabalhadores por um apoio incansável para o progresso do país. O chefe do governo frisa que em meio a um panorama internacional eivado de complexos problemas, o Brasil enfrenta hoje desafios novos num clima de ordem, de paz, de segurança e desenvolvimento, de trabalho e pleno

emprego, o que nos traz a certeza de êxito pleno num futuro melhor. (*Brasil Hoje*. n. 148, 1976)

Em 1977:

O Presidente entrega a medalha ao operário-padrão Leôncio Peixoto da Silveira. (...) o Presidente Geisel diz que o governo está fazendo uma melhor distribuição da riqueza e em julho sete milhões de trabalhadores vão receber o 14º salário.

Em 1978:

De improviso, o presidente Geisel acentua que a lembrança ofertada pelos operários representa o reconhecimento do esforço que o governo de 4 anos para cá vem realizando em favor dos trabalhadores. (...) O presidente Ernesto Geisel diz que se muito já foi feito em favor do trabalhador brasileiro, muito mais ainda está por fazer, e reitera que este muito por fazer depende de nós, depende do governo, mas não tão somente do governo e sim dos empresários e dos trabalhadores; depende da contenção, depende da vontade firme de realizar e de construir um Brasil melhor.

As estratégias de associação entre trabalho, capital e desenvolvimento nacional são facilmente identificadas: as comemorações do Dia do Trabalho não incluem apenas uma relação entre o chefe do executivo e o trabalhador; ao contrário, a inauguração de instalações fabris, a presença de empresários, políticos das diferentes esferas de poder e representantes sindicais indicam essa pretensa articulação e, em última instância, deveriam representar a ordem e a paz no mundo do trabalho. Na comemoração de 1978, intitulada Festa do Capacete, considerada uma homenagem à política de segurança do trabalho empreendida pelo governo, centenas de crianças engratadas aparecem com capacetes azuis, sentadas lado a lado. A participação dos populares chama a atenção. Geisel recebe uma miniatura de capacete das mãos da esposa de um operário, forma de agradecimento pelos esforços do governo em zelar pelo bem-estar dos chefes de família.

A medalha do Operário-Padrão do Brasil e os jogos de futebol são exemplos do investimento da ditadura militar no enquadramento do trabalhador. Em 1978, o cinejornal “Brasil Hoje” trazia a cerimônia realizada no Palácio do Planalto para a entrega das medalhas aos Operários-Padrão do Brasil. Segundo o cinejornal: “As características ou atividades que distinguem o Operário-Padrão do Brasil são encaradas sob o seguinte aspecto: vida funcional, comportamento no trabalho, capacidade técnica e comportamento social” (*Brasil Hoje*, 1978: n. 257). Tais exemplos compunham um conjunto de estratégias de controle e disciplinarização desses trabalhadores, amplamente divulgadas em outros momentos de encontro

entre o presidente e os trabalhadores. O esporte também era considerado fundamental para a manutenção do bem-estar físico e psicológico. Eram realizadas olimpíadas operárias em todo o país com o apoio do regime. No 1º de maio de 1976, em Volta Redonda, um jogo entre os próprios operários da indústria contou com a presença de Zico, então jogador de futebol pelo Flamengo que num gesto de solidariedade doou uma camisa número 10 para ser leiloada pela primeira-dama Lucy Geisel. Após o jogo dos operários, os clubes do Flamengo e do Volta Redonda fazem uma partida amistosa, cujo resultado é o empate. Ao final do jogo, “Geisel referenda sua homenagem pessoal e do governo da Revolução a todos que trabalham pelo engrandecimento do Brasil.” (*Brasil Hoje*, 1976: n. 148)

É curioso observar que o tema da abertura política propagada pelo próprio Geisel, ainda que “lenta, gradual e segura” não apareça em nenhum dos cinejornais produzidos pela Agência Nacional no período. O jornal de comunicação oficial do governo passou ao largo das discussões políticas mais efervescentes do país. A manutenção da imagem de um governo sólido, preocupado com o bem-estar coletivo, entendido como resultado da manutenção da ordem interna através do binômio segurança e desenvolvimento recheavam os temas desses cinejornais. Assim, certa cultura visual sobre o país e os brasileiros, em tempos de fortalecimento do Estado-nação, foi elaborada pelos agentes estatais responsáveis por essa propaganda, associada ao nacionalismo, à cordialidade das gentes, e a traços da cultura política até o final dos anos de 1970. Cabe lembrar que a cultura visual oficial sempre foi produzida em concorrência com outros espaços de produção de imagens acerca do projeto de modernização em curso, altamente disputado por diferentes clivagens político-ideológicas existentes no período.

Considerações finais

Os cinejornais dos governos Castelo Branco e Geisel atuaram como propaganda política e reforço do ideário nacionalista em curso. As comemorações cívicas do 1º de maio contrastam com a retomada das greves de trabalhadores nas cidades paulista, com o enfrentamento constante com as forças repressivas do regime, que levou à morte do operário Manuel Fiel Filho, ocorrida em 1976. Se o “dia

do trabalho” significava “dia de festa”, todos os demais dias do ano eram marcados pela repressão às mobilizações dos trabalhadores em busca de seus direitos.

As imagens das comemorações oficiais do 1º de maio demonstram a participação passiva de inúmeros trabalhadores que prestigiavam as cerimônias, assim como a existência de lideranças sindicais afinadas com o regime militar. Os anos de censura e repressão deixaram legados difíceis de superar, ainda que o movimento operário nos anos de 1970 articulasse suas demandas próprias à justa bandeira do retorno à democracia. A imagem construída pela ditadura sobre a função social do trabalhador no seu projeto de modernização-conservadora contrastou com a prática de mobilização dos trabalhadores que se opunham ao regime. Os cinejornais do 1º de maio, durante os governos Castelo Branco e Ernesto Geisel, evitaram abordar os temas sensíveis sobre a relação entre a ditadura militar e os trabalhadores, optando por uma imagem pública válida para os momentos de comemoração controlados pelo próprio regime. Seria arriscado avaliarmos nos limites desse artigo e das fontes que temos a capacidade efetiva dessas imagens de convencerem seu público dos benefícios da ditadura para os trabalhadores. De toda forma, a partir de 1974, a mobilização de diferentes segmentos sociais contra a ditadura ampliou e ganhou fôlego. Os cinejornais tornavam-se cada vez mais obsoletos.

Referências

Fontes:

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL. Cinejornal Informativo.. s.n. [VI] (1964). Link: http://www.zappiens.br:80/videos/cgiuhRVPS4bfKcBDGVPSHV09QjVpOK_bW5Kugauo-S6wRM.FLV acesso em: 20/10/2016.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL. Cinejornal Informativo. <http://zappiens.br:80/videos/cgisihzgYIAW5XKiBjwvnugAr8YOLvTrttOrMkRFoaroqU.FLV> acesso em: 20/10/2016.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL. *Brasil Hoje*. n. 100, 1975. <http://zappiens.br/videos/cgiPaW2pX5xqNkOr10idd3H5Qod64r-33N-N910t5njZbk.FLV> acesso em: 25/11/2016.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL. *Brasil Hoje*. n. 148, 1976 <http://zappiens.br:80/videos/cgi4JmBVyvNXxIWBR94k-pOUoMEHI9iUba19nDS2uk2pvQ.FLV> acesso em: 01/12/2016.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL. *Brasil Hoje*. n.198, 1977 <http://www.zappiens.br:80/videos/cgi1M8frRq6FJVMLoAP8oZuOtPoleKVQmCZhyN8lZrRhg.FLV> acesso em: 01/12/2016.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL. *Brasil Hoje*. n. 257, 1978. http://www.zappiens.br:80/videos/cgi9KaBjLDgZGhtl6TRTx9zeOJLyD7v_oacV-DjOrxUyPo.FLV acesso em: 01/12/2016.

Referências Bibliográficas:

BERNARDET, Jean Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 27.

BRASIL. Decreto n. 21.240 de 04 de abril de 1932. Apud. SANTOS NETO, Antonio Laurindo dos. *Os cinejornais da Agência Nacional no sistema de informações do Arquivo Nacional (SIAN) e no portal zappiens: contribuições para análise, descrição e representação arquivística da informação*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Niterói, UFF: 2014, p. 31.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998, p. 47.

GOMES, Renata Vellozo. “Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro na década de 1950: os cinejornais da Agência Nacional”. In: CAVALCANTI, Ana (org.). *Arte & Ensaios* n. 15. Rio de Janeiro, PPGAV/EBA, UFRJ, 2007: 40-45. p. 41.

LABORIE, Pierre. “1940-1944: os franceses do pensar-duplo.” In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, 3v. vol. 1, pp. 31-44.

MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. “A historiografia do cinejornalismo no Brasil.” In: *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: UFOP, 2009, pp. 1-10; p. 2.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime militar no Brasil*. São Paulo: Zahar, 2014.

RAMOS, Fernão. *Mas...afinal, o que é mesmo um documentário?* São Paulo: SENAC, 2008.

REIS, Daniel Aarão. “As marcas do período”. In: REIS, Daniel Aarão (coord.) *Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)*. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundación Mapfre, 2014. Vol.5, pp.23-31, p. 25.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 1ª edição.

ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010, 3v. vol. 2 pp. 97-144.

SANTOS NETO, Antonio Laurindo dos. *Os cinejornais da Agência Nacional no sistema de informações do Arquivo Nacional (SIAN) e no portal zappiens: contribuições para análise, descrição e representação arquivística da informação*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Niterói, UFF: 2014.

Tatyana de Amaral Maia: É professora adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Desde 2013, é investigadora colaboradora do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) da Universidade do Porto, integrando o grupo de pesquisa Memória, patrimônio e construção de identidades. Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), doutorado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010), pós-doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2012) e pós-doutorado em História pela Universidade do Porto. É editora da revista *Oficina do Historiador* do PPGH/PUCRS.

Artigo recebido para publicação em: março 2017
Artigo aprovado para publicação em: março 2017

Como citar:

MAIA, Tatyana de Amaral. As “comemorações cívicas do 1º de Maio nos cinejornais da Agência Nacional na ditadura militar (1964-1979). **Revista Transversos**. “**Dossiê: Vulnerabilidades: pluralidade e cidadania cultural**”. Rio de Janeiro, n.º. 09, pp. 280-299, ano 04. abr. 2017. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2017.27939.

